



TECENDO REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL: O Estágio Curricular Obrigatório

ALBIERO, Cleci Elisa

Resumo

Este trabalho busca discutir elementos da formação acadêmica em Serviço Social, bem como o estágio curricular obrigatório. As discussões e as aproximações sucessivas com os campos sócio ocupacionais no processo de formação e a disciplina de orientação acadêmica de estágio possibilitou-nos dialogar com os profissionais supervisores de campo, sobre os desafios apresentados nestes espaços e, sucessivamente nos espaços de estágio curricular obrigatórios. A metodologia de pesquisa de cunho bibliográfico possibilitou uma aproximação teórica e crítica ao trabalho. O resultado da pesquisa está alinhado com o processo de sistematização e de análise do estágio, discutido a luz do projeto ético político da categoria, e dos elementos da Política Nacional de Estágio e das resoluções normativas que orientam o processo de formação. Os resultados iniciais apontam que o estágio deveria ser pensado como de apreensão, formação acadêmica e pedagógica do aluno de curso de Serviço Social.

Palavras-chave: Estágio; formação profissional; serviço social; supervisão.

Abstract

This paper seeks to discuss elements of the academic formation in Social Work, as well as the obligatory curricular traineeship. The discussions and successive approaches with the socio-occupational fields in the training process and the discipline of academic orientation of the internship enabled us to dialogue with the supervisors of the field, on the challenges presented in these spaces and, successively, on the obligatory curricular traineeships. The bibliographic research methodology allowed a theoretical and critical approach to the work. The result of the research is in line with the process of systematization and analysis of the stage, discussed in light of the ethical political project of the category, and the elements of the National Policy of Internship and the normative resolutions that guide the formation process. The initial results indicate that the internship should be thought of as apprehension, academic and pedagogical training of the student of Social Work course.

Keywords: Internship; professional qualification; social service; supervision.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo discutir o processo de formação acadêmica acerca das condições objetivas do trabalho do assistente social e suas implicações no que tange ao estágio supervisionado. Enquanto espaço de formação profissional, o estágio supervisionado em Serviço Social é historicamente pouco reconhecido e reflete, dentre outras razões as poucas pesquisas e produções do conhecimento acerca desta temática. (BASTOS, 2017).

Neste contexto, o interesse em pesquisar as condições objetivas da prática profissional na formação acadêmica, surgiu das inquietações e debates com colegas professores, supervisores de campo e acadêmicos, alunos e profissionais de serviço social, bem como do acompanhamento e das visitas aos campos de estágio na disciplina de orientação acadêmica de estágio.

As evidências dos desafios apresentados nos campos de atuação profissional, circundam todos os ambientes da vida social, como as relações da vida cotidiana e do mundo do trabalho, permeados pelo conservadorismo e tecnicismo burocratizante e despolitizado pelas contradições presentes na sociedade capitalista. De acordo com Montañó e Durigueto:

Desenvolve-se na vida cotidiana um nível de consciência individual e imediata, no qual seu entorno, seus interesses particulares e seus atos são vivenciados e interpretados. Aqui as pessoas desenvolvem representações de seu entorno imediato. (MONTAÑO e DURIGUETO, 2010, p.101)

Assim, as ações na vida cotidiana, comandadas pela lógica do capital tem como consequência a precarização e a degradação dos espaços de atuação profissional. Estes se encontram assoberbados de trabalho, com pouco ou nada de estrutura física, equipamentos e condições precárias para desenvolver suas ações, afetando não somente as condições objetivas de trabalho, como também sua saúde física e psicológica.

As manifestações dos acadêmicos em sala de aula, bem como as falas dos profissionais e as observações presentes, quando das visitas institucionais, desenham uma situação desafiadora para o desenvolvimento da supervisão de

estágio. Esta situação encontra-se permeada pela exploração da força de trabalho, tanto para profissionais como para estagiários do curso de serviço social e tendo reflexos negativos no atendimento aos usuários dos serviços disponibilizados pelas instituições, sendo estas públicas, privadas ou do terceiro setor.

Neste cenário também, as ofertas de vagas de estágio que são disponibilizadas pelas instituições, como estágio curricular obrigatório ou não obrigatório, em alguns casos com bolsa de auxílio financeiro, também circundam este cenário de precarização. Os espaços de estágios que oferecem bolsa são vistos com “bons olhos” pelos alunos, pois servem de subsídio para se manterem na faculdade, acessar xerox, comprar livros e em alguns casos para subsidiar parte da mensalidade do curso.

No entanto, o estágio não pode ser configurado como trabalho e sim como princípio educativo do processo de formação acadêmica pedagógica do curso. Conforme nos orienta Abramides, 2003 apud Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2009, p.06)

Um dos principais problemas a ser enfrentado na materialização do estágio como processo formativo e da instituição social como possibilitadora desse exercício acadêmico-pedagógico encontra-se no conflito e tensão existentes entre a exigência pedagógica e a determinação do mercado que amplia sua tendência em substituir o processo pedagógico de ensino e aprendizagem concebido como diretriz na formação profissional pelas unidades de ensino, através da solicitação de alunos de 1º e 2º anos letivos para o estágio, sem terem ainda adquirido os conhecimentos teóricos, as habilidades para essa inserção. Essa demanda do mercado não pode sucumbir o projeto formativo de responsabilidade das unidades de ensino, tornando-o refém dos ditames do mercado que impõe a mão-de-obra barata, e a desqualificação (de)formativa ao aluno em sua condição de estudante-trabalhador.

Observa-se, neste contexto que em alguns espaços sócio ocupacionais a supervisão direta de estágio em Serviço Social nem sempre atende as determinações da Resolução 533/2009 que determina:

A supervisão direta deve ser realizada conjuntamente por professor/a supervisor/a e por profissional de campo. Registre-se que a supervisão por profissional da área de formação do/a estagiário/a já está prevista na Lei de Estágio e, para o Serviço Social, essa

supervisão é direta e realizada por dois/duas assistentes sociais, devidamente inscritos/as no Conselho Regional de sua jurisdição.

Esta questão compromete o processo de formação profissional do aluno e precariza o estágio supervisionado, onde em algumas situações, é muito comum encontrar alunos dos períodos iniciais do estágio desenvolvendo atividades e demandas da instituição, bem como realizando visitas domiciliares, entrevistas, encaminhamentos entre outros, sem muitas vezes o devido acompanhamento do supervisor de campo.

Portanto, trata-se de um tema de extrema importância e relevância no caminho das lutas da categoria profissional e urgente para as unidades de formação acadêmica, pois afeta diretamente o processo de formação dos futuros profissionais de serviço social. O debate em torno da formação profissional como processo de trabalho, também diz respeito ao processo de formação e desenvolvimento do aluno no campo de formação teórico metodológico, na defesa do fazer profissional e na consolidação do projeto ético político na perspectiva de instigar a capacidade crítica, reflexiva e operativa do aluno problematizando limites, possibilidades e a complexidade da ação profissional.

Por fim, acredita-se que as contribuições deste estudo contribuíram, não somente para análises crítica da realidade concreta e objetiva – questões já apontadas neste contexto e desenvolvidas no decorrer do trabalho, mas também pela contribuição à formação profissional no âmbito acadêmico, bem como aos profissionais que estão inseridos nos espaços institucionais, aludindo-se como material de apoio e pesquisa ao fazer profissional e a prática da supervisão de estágio apontando necessidades imediatas e mediatas com base nos fundamentos próprios da profissão, legislações vigentes e entidades de organização da categoria (PNE, 2010).

Para atingir o objetivo central deste artigo, são abordados os seguintes elementos: o papel do estágio no processo de formação profissional do aluno; o projeto ético-político do Serviço Social e os desafios a categoria profissional; o processo reflexivo sobre o campo de estágio e algumas considerações finais.

Esse trabalho apresenta como metodologia a pesquisa de cunho bibliográfica e documental, que segundo (Gil, 2008) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, além da vivência e de relatórios e anotações das visitas de campo. Já a pesquisa documental, segundo Gil (2008) é muito parecida com a pesquisa bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO ALUNO DE SERVIÇO SOCIAL

Com as acirradas transformações que vem ocorrendo na sociedade e em especial no mundo do trabalho e das relações sociais da vida social, torna-se questão central neste trabalho, a discussão do espaço da formação profissional do assistente social.

A formação profissional compreendida como educação continuada e não simplesmente como uma qualificação adquirida e acabada durante o período de um determinado curso necessita ser estudada no contexto da realidade social expressa pelos aspectos estruturais e conjunturais e pelo sistema educativo, que refletem o movimento histórico da sociedade.

A trajetória do serviço social tem passado por mudanças significativas e que ainda carecem de estudos e aprofundamentos em relação à profissão e ao processo sócio histórico da sua constituição (Almeida, 2009).

De acordo com Amicucci (2011), o Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo e investigativo inserido na divisão sócio técnica do trabalho tendo como objeto de intervenção as manifestações da questão social, onde se considera que a “[...] investigação e a intervenção [...] compreendem a dialética do modo de ser da profissão e da realidade concreta. (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 703).

Para Guerra e Braga (2009) a dimensão investigativa e interventiva está expressa nas competências e atribuições profissionais e ressalta-se a

importância da dimensão investigativa para o desvelamento de uma dada realidade social, pois para se intervir é preciso antes de tudo conhecê-la.

O cenário profissional do serviço social passa por profundas e relevantes transformações socioeconômicas, políticas e culturais, as quais refletem diretamente nos processos de formação profissional. Reafirma-se cada vez mais a necessidade de superação de práticas conservadoras e cristalizadas existentes, resultando em uma necessária revisão crítica profissional, que efetivamente expresse as novas tendências e condições emergentes na dinâmica social. Amiucci (2011) ressalta que estas reflexões são importantes para se pensar em estratégias e subsídios para a intervenção profissional. A partir destas reflexões busca-se subsídios para articular o trabalho profissional e intelectual, pressupondo o conhecimento da realidade concreta.

O conhecimento da realidade, que para Lukács é ontológico, ou seja, tem sua própria existência, tem seu próprio sentido de constituir-se, se apresenta como desafio para os profissionais de Serviço Social. Esse debate propõe-se como desafiador, visto que a necessidade de apreender a totalidade para compreender a realidade e desvendá-la, uma vez que pode ser “[...] feito de interações reais e concretas entre os elementos, dentro do contexto da atuação ativa ou passiva da totalidade complexa” (LUKÁCS, 1979, p. 38), significa pensar além da imediatez, ou seja, compreender as mediações, os determinantes de dado fenômeno, compreender a essência do fenômeno, que esse não se evidencia de forma imediata, mas sim na totalidade concreta.

Na linha deste debate, para Marx o ser social é sujeito histórico do real, é partir das ações humanas, do trabalho humano que a transformação social se torna possível. No entanto, isso não significa que o homem é independente da sociedade, da mesma forma que o movimento social também não é independente da ação humana, pressupõe “um campo de mediações que condiciona limites tanto a um quanto a outro”. (ASSIS & ROSADO, 2012, p. 205)

Sob este prisma, o serviço social tem procurado nortear-se nos tempos atuais, conforme destaca Iamamoto (1998), nas transformações societárias, as

quais vivenciam a sociedade brasileira, mudanças sendo essas econômicas, sociais, culturais. Essas transformações redefinem o mercado de trabalho para os/as Assistentes Sociais, bem como ocasionam as disparidades sociais, agravando a questão social, sendo suas expressões o objeto de intervenção destes profissionais, que

Na atual conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, de erosão das bases da ação social do Estado e desmontagem de direitos sociais, civis, econômicos, a questão social, matéria-prima da intervenção dos assistentes sociais, assume novas configurações e expressões entre as quais destacamos a insegurança, a vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento assalarial [...] questões de saúde pública, de violência, da droga, da ignorância, da fadiga [...] (YAZBEK, 1998, p.97).

Como resultado, encontra-se a exigência de um profissional crítico que tenha competência e habilidades necessárias para negociar seus projetos profissionais no espaço sócio ocupacional onde desenvolve sua atuação, que saiba decodificar as questões inerentes à realidade social e, assim, propor ações que se materializem na busca da efetivação dos direitos da população usuária, do cidadão.

Amicucci (2011) ainda salienta que esse panorama determina mudanças no perfil profissional, uma vez que o mercado exige profissionais qualificados, propositivos para que consiga “dar conta” das demandas e respostas do Serviço Social voltada às configurações no campo do trabalho. (AMARAL & CESAR, 2009).

Neste contexto, a categoria consolida-se de várias formas, sendo a principal delas pela apropriação da vertente marxiana a partir do movimento de reconceitualização, apropriando-se da teoria social crítica como subsídios para dar “[...] conta do modo de ser e reproduzir-se do ser social” (NETTO; CARVALHO, 2005, p. 65). Para Netto e Carvalho, este debate,

[...] implica a construção de uma imagem rigorosa do homem como ser prático e social, produzindo-se a si mesmo através de suas objetivações (a práxis, de que o processo de trabalho é o modo privilegiado) e organizando as suas relações com os outros homens e com a natureza conforme o nível de desenvolvimento dos meios

pelos quais se mantém e reproduz enquanto homem. (NETTO; CARVALHO, 2005, p.75).

O grande desafio posto ao profissional de serviço social é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas criativas e efetivar direitos, se apropriando de aportes teórico-metodológicos e ético-políticos, que norteiam seu trabalho, possibilitando a transformação da realidade social, ou seja, na perspectiva da práxis. (AMIUCCI, 2011). Imprescindível neste momento, mencionar o processo de formação profissional, proposta deste estudo, o qual deve ser articulado ao exercício profissional e ao projeto ético político, uma vez que está presente na realidade da sociedade capitalista e requer a apreensão dessa dimensão para que se construa uma prática voltada à coletividade “[...] mas também a visão de mundo dos subalternos, decifrando seus códigos, suas maneiras particulares de expressão de sua vida social em formas culturais”. (IAMAMOTO, 1998, p.196).

Desta forma, o serviço social caracteriza-se como uma profissão que intervém em diversas realidades contemporâneas e nas expressões da questão social impostas pelo sistema capitalista. Suas ações e intervenções são norteadas e fundamentadas pelo projeto ético-político base fundante de direcionamento para a formação e atuação nos espaços de atuação profissional.

É através desse processo histórico, que a categoria incorpora e elabora análises e sínteses sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção. Por intermédio de constantes inquietações na categoria profissional que essa realidade é transformada, e impõe aos profissionais a necessidade da construção de um projeto comprometido com as classes subalternizadas. Sendo assim “[...] o projeto ético político não é uma abstração, nem um ente que se instituiu entre nós. É uma construção coletiva, de natureza histórica, portanto sempre sujeito a transformações”. (MARTINELLI, 2006, p.16)

A perspectiva crítica, neste contexto, deve direcionar as ações dos profissionais, embora o conservadorismo ainda se faça presente no pensamento e ação de muitos profissionais, não se pode desprezá-lo ou

mesmo negá-lo, porque o mesmo faz parte da historicidade da profissão, bem como de sua legitimação na sociedade brasileira, sendo desta forma “ [...] entendida como uma tendência constitutiva dessa profissionalidade, o conservadorismo permanece tencionando as finalidades profissionais no espaço ocupacional, embora não de modo absoluto (SANTOS, 2006, p. 47).

No entanto, cabe ressaltar ainda que no interior da categoria profissional há uma forte presença do pragmatismo, do pensamento conservador, tal como afirma Iamamoto (2008). Faz-se necessário a garantia do pluralismo presente no atual Código de Ética Profissional (1993), respeitando as correntes teóricas existentes, uma vez que não pode descartar o debate plural, sem o qual a ciência perderia esse caráter e poderia transformar-se em doutrina.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS À CATEGORIA PROFISSIONAL

Para compreender o debate em torno do projeto ético profissional, é necessário entender que o serviço social como uma profissão que intervém nas diversas realidades contemporâneas que possuem como elemento de intervenção as expressões da questão social resultado do modelo capitalismo imperialista vigente na sociedade. Desta forma, “debruçar-se sobre o Projeto Ético-Político é debruçar-se sobre a práxis profissional a partir dos seus elementos constitutivos”. (SILVA, 2012, p. 16)

No entanto, Netto (1999) discute que os projetos profissionais dizem respeito [...] a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Torna-se relevante ressaltar ainda, que o projeto ético-político do Serviço Social está posto na ótica daqueles que estão vivendo a história como vítimas do processo de criminalização da questão social e desigualdade social, sem dúvidas, o projeto ético-político aponta desafios ao trabalho profissional. É necessário alavancar o processo de luta pelos direitos e democratização da política, da cultura, da economia, o qual demanda a participação de toda a sociedade, mas, é o Assistente Social que participa da particularidade do seu exercício profissional.

[...] a reafirmação das bases teóricas do projeto ético-político, teórico-metodológico e operativo, centrada na tradição marxista, não pode implicar na ausência de diálogo com outras matrizes de pensamento social, nem significa que as respostas profissionais aos desafios desse novo cenário de transformações possam ou devam ser homogêneas. Embora possam e devam ser criativas e competentes (YAZBEK, 2009, p. 161).

Quando se trata de formação profissional, aborda-se a qualidade e a direção que este processo tem, ou pelo menos, deveria ter para que a formação profissional se constitua em um processo de contínua construção por meio da práxis profissional, o qual adquire consistência na medida em que o Assistente Social reconhece e se aceita como membro partícipe da categoria e, ao mesmo tempo, apropria-se do significado sócio histórico da profissão. Já o processo educacional envolve, não apenas a transmissão de conhecimentos e informações para os sujeitos, mas valores, conceitos, significados e finalidades que norteiam a vida em sociedade.

Diante do exposto, faz-se necessário pensar sobre o estágio supervisionado na formação profissional, visto que se trata de uma atividade que propicia o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades, competências, fundamentos estes imprescindíveis à formação profissional, temática esta que norteou este ensaio na sua essência.

Para pensar a formação profissional do serviço social, não se pode perder de vista a questão da supervisão de estágio em serviço social, este processo é parte integrante do processo de formação profissional. Dessa forma, a prática tende a intervir na realidade social e enquanto processo

pedagógico sua visão é o aprendizado organizando, materializando-se por meio do planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem vivenciado pelos acadêmicos no estágio supervisionado. Para tal, deve-se estar em total sintonia com o processo pedagógico e com a unidade de ensino. (ASSIS; ROSADO, 2012)

Nesse contexto também, Guerra e Braga (2009, p. 535) destacam que a supervisão de estágio necessariamente é imprescindível à formação não só acadêmica, mas direcionada para a formação e capacitação profissional permanente, que detém a possibilidade de orientar o aprimoramento da intervenção que se realiza por meio da formulação e implementação de políticas e serviços sociais.

Compreendendo o processo de estágio, tal como um momento crucial da formação profissional, o estagiário vivencia por completo a práxis de serviço social, sua ética, sua execução política, sua visão ideológica, pedagógica e principalmente técnica, identifica-se no supervisor acadêmico como no supervisor de campo, intermediário nesta relação entre unidade de ensino e unidade institucional.

Pressupõe ainda o olhar crítico, investigativo e reflexivo do cotidiano profissional, capaz de propiciar o enfrentamento das situações que são colocadas à profissão e não somente no âmbito do aprendizado das competências e habilidades profissionais, isto é, na execução das atividades profissionais que restringe a formação ao treinamento e adaptação desse estudante às dinâmicas institucionais.

Neste sentido, a supervisão, diante de sua relação de reciprocidade com a formação em Serviço Social, carrega suas contradições e superações, que se expressam diante das exigências e dos desafios contemporâneos à formação e ao exercício profissional.

Uma das possibilidades de efetivação da competência da supervisão está na construção de processos educativos sistematizados e intencionais, integrados ao processo de trabalho dos supervisores. Requer-se, também, a adesão a uma concepção de formação profissional como processo contínuo de desenvolvimento pessoal, profissional e político-social, que não se constrói em alguns anos de curso, ou mesmo pelo acúmulo de cursos, técnicas e conhecimentos,

mas pela reflexão contínua e coletiva do trabalho, de sua direção, de seus meios e fins e durante a carreira profissional (LEWGOY, 2008, p. 13).

Desta forma, o serviço social tem um grande desafio que, segundo lamamoto “é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano”. (2003, p. 20)

AS REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO: O CAMPO DE ESTÁGIO

Ao elaborar a reflexão sobre estágio supervisionado no contexto da formação profissional alicerçada no projeto ético-político da profissão, o que leva a concebê-lo como atividade integrante do processo de formação, destacando o seu significado e as questões que emergem de suas particularidades, esse processo deve ser contextualizado de acordo com a realidade social, acompanhar todo o movimento histórico da sociedade, à medida que concordamos com Oliveira, quando diz que: “[...] a formação profissional não se completa na conclusão do curso, pelo contrário, o curso é seu desencadeador”. (2003, p. 60)

Sendo o estágio supervisionado uma atividade curricular obrigatória, que a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 do curso de Serviço Social propõem “[...] a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa”, devendo ser dinamizada de acordo com a realidade social, a partir do contexto político-econômico-cultural das relações sociais, constitui-se como,

[...] como espaço de aprendizagem profissional, significa o momento de apreensão da realidade profissional em seus aspectos difusos, tensos, contraditórios, os quais possam favorecer a relação na dimensão da prática profissional e na prática social dos sujeitos (OLIVEIRA, 2003, p. 50).

A referida atividade curricular se caracteriza pela inserção dos (as) acadêmicos (as) de serviço social nos espaços organizacionais objetivando além da capacitação para o exercício profissional a produção de conhecimentos pelas situações cotidianas que se apresentam junto à população usuária dos serviços dessas instituições.

É nesse momento, através da inserção dos estudantes nestes espaços sócios ocupacionais que a atividade de estágio propicia o contato direto com a população e a identificação das manifestações da questão social que permeiam as relações desses sujeitos, conhecendo a atuação cotidiana e concreta do Assistente Social e suas estratégias de intervenção, apreendendo os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operacionais que orientam o exercício profissional, permitindo-os experimentar e aproximar do trabalho profissional.

Por meio do contato com os sujeitos atendidos pelo Serviço Social que os estudantes, do ponto de vista ético-político, emanam o compromisso com os mesmos na perspectiva de efetivar os direitos consolidando uma ação competente através de “[...] um conjunto de saberes e conhecimentos na realização dos direitos coletivos de uma sociedade” (LEWGOY, 2009, p.49).

É um momento que também se vinculam aos ditames do Código de Ética de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, Projeto Ético-Político e toda a base teórica metodológica apreendida em sala, propiciando a qualidade dos atendimentos o que instiga que essa atividade deve ser sistematizada pela Unidade de Formação Acadêmica (UFA) e respectivo campo de estágio.

Desta forma, o exercício da profissão exige profissionais competentes no sentido de propor e operacionalizar projetos de intervenção, o que vai além das rotinas institucionais, através da utilização dos instrumentos para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e a criação de possibilidades de transformação.

[...] d) compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais; e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento (CFESS, 1993).

Nesta configuração da formação profissional preconizada pelas diretrizes curriculares, pela PNE instituída em 2009 pela ABEPSS e pela Resolução CFESS 533/2008 que regulamente a supervisão direta de estágio,

insere-se no núcleo de fundamentos do trabalho profissional, no qual o trabalho é tratado como categoria central de análise, como práxis, e, essa concepção deve perpassar toda a formação profissional estendendo-se à atividade de estágio.

Caputi (2005) aponta que ao analisar o estágio supervisionado no âmbito do núcleo de fundamentos do trabalho profissional, ele está envolvido na perspectiva da totalidade da formação profissional, e, que a principal alteração está na concepção que o abrange, nos fundamentos teórico-metodológicos, na dimensão ético-política que inclui a sua realização e na capacidade técnico-operacional posta no cotidiano dessa vivência.

É um trabalho a ser desenvolvido no coletivo, os atores partícipes precisam estar sintonizados com a realidade social e as discussões que tangem a formação profissional para o enfrentamento e superação dos desafios postos a atividade de estágio supervisionado.

Neste percurso, é pertinente que o estudante também possa compreender que o estágio supervisionado como parte integrante no processo de formação profissional e, logo, no ensino-aprendizagem é essencial para o aprimoramento dos aportes teórico-metodológicos, ético-político, técnico-operacionais condizentes à profissão do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado, ao se vincular à formação do Serviço Social, revela-se cada vez mais presente e importante para a formação profissional. Desta forma não pode ser reduzido à mera execução de tarefas, atividades atreladas a burocracia e aos ditames mecânicos, processuais e funcionais da instituição e essencialmente rotineiros dos profissionais.

Os espaços sócio ocupacionais do serviço social são espaços vivos, dinâmicos e em constante processo de transformação no cotidiano profissional dos sujeitos e neste contexto o estágio supervisionado deve proporcionar aos alunos uma leitura crítica da realidade social, pautado no posicionamento propositivo e interventivo que se materializa nas formas de sistematização do estágio, dito aqui como projeto de intervenção.

Há que se considerar que a supervisão de estágio tanto acadêmica como a supervisão de campo, é parte essencial no processo de formação do aluno. Assim, é necessário um processo de formação das Unidades de Ensino em conjunto com os estudantes e profissionais supervisores de campo, para reflexão conjunta acerca das dimensões do Serviço Social: técnico operativo, ético político e teórico metodológica, sendo que estas devem estar intrinsecamente relacionadas, sem deixar de ressaltar o papel das entidades representativas como ABEPSS, CFESS/CRESS entre outras, que tem função primordial neste contexto dando-nos o direcionamento político e ético para esta formação.

Referências

ALMEIDA, N. L. T. Magistério, direção e supervisão acadêmica. In: CFESS: ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF, 2009.

AMARAL, A. S; CESAR, M. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS: ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF: 2009.

AMICUCCI, E. M. M. **Estágio Supervisionado em Serviço Social: tempos atuais e velhos desafios**. 2011. 210p. Dissertação - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

ASSIS, R. L. M.; ROSADO, I. V. M. **A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção**. Revista *Katalysis*, v. 15, n. 2 p.203 – 211. Jul/dez. 2012

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2009.

BASTOS, S. S. **Estágio Supervisionado em Serviço Social no processo de formação profissional: avanços, tensões e desafios**. CRESS 12º região – Florianópolis, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES, n. 15, de 13 de março de 2002**. Estabelece as diretrizes

curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2013.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CAPUTI, L. **A unidade teoria-prática no estágio supervisionado em Serviço Social**. 2005. 158p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS 533N, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Y. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Módulo 4. Brasília-DF: CFESS: ABEPSS: CEAD: UNB, 2000.

GUERRA, Y.; BRAGA, M. E. **Supervisão em Serviço Social**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006

MONTAÑO, C; DURIGUETO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo, Cortez, 2010.

NETTO, J. P; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 1. Brasília-DF: CEAD, 1999.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. 2003. 178p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2003

SANTOS, J. S. Projeto ético-político e o enfrentamento do conservadorismo como componente ontológico da profissionalidade do Serviço Social. *Temporalis*, Brasília – DF, ano 6, n. 11, 2006.

SILVA, M.M. J. **A materialização do Projeto Ético- Político do Serviço Social**. São Paulo: Papel Social, 2012.